

PROGRAMA DO CONCURSO

Concurso Público para
Aquisição de software de análise de textos

CONCURSO PÚBLICO N.º 2020/030/DGEEC/CP

4890000-7 PACOTES DE SOFTWARE E SISTEMAS INFORMÁTICOS DIVERSOS

MARÇO DE 2020

ÍNDICE

Capítulo I Disposições gerais.....	4
Artigo 1.º Objeto.....	4
Artigo 2.º Entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar .	4
Artigo 3.º Júri do concurso.....	4
Artigo 4.º Disponibilização e consulta das peças do procedimento	5
Artigo 5.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	6
Capítulo II Dos Concorrentes e da proposta.....	7
Artigo 6.º Concorrentes	7
Artigo 7.º Documentos que constituem a proposta e definição de preço anormalmente baixo	8
Artigo 8.º Apresentação de propostas condicionadas ou variantes	9
Artigo 9.º Prazo e forma de apresentação da proposta.....	9
Artigo 10.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	10
Artigo 11.º Retirada das propostas	11
Capítulo III Avaliação e audiência prévia	11
Artigo 12.º Critério de adjudicação.....	11
Artigo 13.º Análise das propostas e relatório preliminar	12
Capítulo IV Adjudicação, habilitação e celebração do contrato.....	12
Artigo 14.º Decisão de adjudicação.....	12
Artigo 15.º Notificação da adjudicação e documentos de habilitação	13
Artigo 16.º Modo de apresentação dos documentos de habilitação	13

Artigo 17.º Modo de apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos.....	14
Artigo 18.º Caução.....	14
Artigo 19.º Minuta e outorga do contrato	15
Capítulo V Disposições finais	15
Artigo 20.º Dados Pessoais	15
Artigo 21.º Despesas.....	16
Artigo 22.º Comunicações	16
Artigo 23.º Legislação aplicável	17
Anexo I.....	18
Anexo II.....	20
Anexo III.....	22
Anexo IV.....	24
Anexo V.....	25

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente concurso público tem por objeto a celebração de um contrato de aquisição de software de análise de textos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar

1. A entidade adjudicante é o Estado Português, através da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), com sede na Avenida 24 de julho, n.º 134, 1399-054 Lisboa, com o telefone n.º (+351) 213 949 200 utilizando, para os efeitos do presente concurso, a Plataforma Eletrónica acinGov (doravante designada simplesmente por “Plataforma Eletrónica”).

2. A decisão de contratar foi tomada pela Senhora Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, ao abrigo dos poderes subdelegados pelo Despacho n.º 2913/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 04 de março.

Artigo 3.º

Júri do concurso

1. O presente procedimento é conduzido por um júri composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, designados por Despacho da Senhora Subdiretora-Geral da DGEEC, e no mesmo identificados, como consta do Anexo V ao Programa do Concurso.

2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências com aquelas relacionadas que sejam da sua competência, nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, bem como exercer as competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas.

3. O júri do concurso pode ser assessorado por peritos ou consultores, sem que, no entanto, possam ter direito a voto.

Artigo 4.º

Disponibilização e consulta das peças do procedimento

1. O presente procedimento rege-se pelo disposto no Programa do Concurso, no Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como pelo disposto em quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do mesmo, designadamente os eventuais esclarecimentos e retificações que venham a ser realizados.

2. As peças do concurso serão disponibilizadas na Plataforma Eletrónica, de forma livre, completa e gratuita, a partir da data da publicação do respetivo anúncio, conforme disposto no n.º 1 do artigo 133.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Para ter acesso à Plataforma Eletrónica, cada interessado deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, sendo este registo gratuito.

4. Em caso de dificuldade no acesso livre e gratuito às peças do procedimento na Plataforma Eletrónica, e considerando que em virtude da situação de estado de emergência, os serviços da Direção de Serviços de Administração Financeira e Recursos Humanos da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência se encontram a funcionar remotamente, a consulta das peças do presente procedimento poderá ser feito desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 10h30m - 12h30m e as 14h30m-16h30m, mediante pedido prévio, com pelo menos 1 (um) dia de antecedência, através da caixa de correio eletrónico compras@dgeec.mec.pt, acompanhado dos seguintes documentos:

- a. Documento comprovativo de contacto com a plataforma identificando a dificuldade de acesso às peças do procedimento
- b. Documento com a resposta da Plataforma comprovando que a dificuldade de acesso é por motivos imputáveis à Plataforma

Artigo 5.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, até às 23h59m do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

2. No mesmo prazo mencionado na alínea anterior, os interessados podem apresentar, à entidade adjudicante, através da Plataforma Eletrónica, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados nas peças do procedimento, com exceção dos referidos na alínea d), do n.º 2, do artigo 50.º, do Código dos Contratos Públicos e daqueles que por eles apenas possam vir a ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

3. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados serão disponibilizadas na Plataforma Eletrónica, juntas às peças do procedimento e notificadas imediatamente a todos os interessados.

4. Até às 23h59m do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação de propostas:

a) O júri presta os esclarecimentos solicitados;

b) O órgão competente para a decisão de contratar, pronuncia-se sobre os erros e omissões apresentados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo, nos termos da alínea b), do n.º 5, do artigo 50.º, do Código dos Contratos Públicos;

5. A falta de resposta, até à data indicada no n.º 4, a pedidos de esclarecimento apresentados nos termos do n.º 1 justifica a prorrogação, no mínimo, pelo período correspondente ao atraso verificado, do prazo fixado para a apresentação de propostas.

6. Caso a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento implique a alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de aceitação de erros

e omissões, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, sendo esta decisão de prorrogação publicitada nos termos do n.º 4 do artigo 64.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

7. Sem prejuízo do disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão que tomou a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e prazos previstos nos números anteriores, ou até ao final do prazo de entrega das propostas.

8. A prorrogação do prazo de apresentação das propostas aproveita a todos os interessados.

9. A decisão prevista na alínea b) do n.º 4, bem como os esclarecimentos apresentados, são publicitados na Plataforma Eletrónica e junto às peças do procedimento, que se encontrem patentes para consulta, prevalecendo sobre estas, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.

CAPÍTULO II

DOS CONCORRENTES E DA PROPOSTA

Artigo 6.º

Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente quaisquer pessoas coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do mesmo diploma.

2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de pessoas coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da proposta.

3. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da proposta, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigam-se a assumir a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, com vista à celebração do contrato objeto do presente procedimento, devendo as entidades que compõem o agrupamento indicar o chefe de consórcio e conferir-lhe, no

mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber do Ministério da Educação, e a este dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

4. Todos e cada um dos membros de um agrupamento concorrente devem preencher cumulativamente as seguintes condições:

a) Satisfazer as disposições legais e as exigências previstas no presente procedimento, relativamente ao objeto do contrato a celebrar;

b) Assumir responsabilidade solidária perante a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo contrato, se for o caso, através do preenchimento da declaração que constitui o Anexo III.

5. As entidades que compõem o agrupamento designam um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar, com a sua proposta, instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem, nos termos do Anexo IV.

Artigo 7.º

Documentos que constituem a proposta e definição de preço anormalmente baixo

1. Os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em português.

2. A proposta apresentada deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, conforme o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos e em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa;

b) Documento da proposta, elaborado de acordo com o Modelo constante do Anexo II ao Programa do Concurso;

c) Para os concorrentes que se apresentem sob a forma de agrupamento, Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de Consórcio Externo, que contenha

declaração de compromisso de nomeação de chefe de consórcio, no momento da constituição do consórcio externo, ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, e a esta dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado, em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao Programa do Concurso;

d) Para os concorrentes que se apresentem sob a forma de agrupamento, designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato, em conformidade com o modelo constante do Anexo IV ao Programa do Concurso;

e) Quaisquer outros documentos que, em função do objeto do contrato e dos aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;

3. A apresentação dos documentos previstos nos n.ºs 1 e 2 obedece, nomeadamente, ao disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 8.º

Apresentação de propostas condicionadas ou variantes

Não é admissível a apresentação de propostas condicionadas ou variantes.

Artigo 9.º

Prazo e forma de apresentação da proposta

1. As propostas podem ser apresentadas até às 23h59m do 6.º (sexto) dia após o envio do anúncio para publicação no Diário da República.

2. A apresentação das propostas deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, podendo o concorrente:

a) Em caso de qualquer dificuldade para aceder e utilizar a Plataforma Eletrónica, contactar o Serviço de Apoio Técnico através do n.º 707 451 451, disponível nos dias úteis das 8h00m às 24h00m ou através do endereço de correio eletrónico: apoio@acingov.pt;

b) Em caso de necessidade para a utilização da Plataforma Eletrónica, utilizar os meios informáticos necessários para a apresentação da proposta em formato eletrónico que a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência disponibiliza nas suas instalações.

3. Todos e quaisquer documentos carregados na Plataforma Eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, deverá ser assinada eletronicamente pelo representante comum do agrupamento, como tal designado, nos termos previstos na alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º.

5. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção na área de acesso exclusivo do concorrente.

6. Quando, pela sua natureza, quaisquer documentos dos que constituem as propostas não possam ser apresentados nos termos do disposto no n.º 1, estes devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, sendo que:

a) No rosto do invólucro deve indicar-se a designação do presente procedimento e a menção à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência;

b) A entrega deve fazer-se por correio registado ou diretamente à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas; e

c) A entidade adjudicante registará a sua receção por referência à respetiva data e hora e disponibilizará ao interessado o respetivo comprovativo.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias.

Artigo 11.º

Retirada das propostas

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando que comuniquem tal facto à entidade adjudicante, através da Plataforma Eletrónica.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO E AUDIÊNCIA PRÉVIA

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade: avaliação de preço ou custo
2. Em caso de empate na pontuação final das propostas, deverá ser adotado como critério de desempate, os seguintes preços pela ordem a seguir identificada:
 - a. Preço proposto para o fornecimento do software, respeitando o preço máximo admissível definido no n.º 3 da cláusula 16.^a do Caderno de Encargos;
 - b. Preço unitário proposto por hora para o perfil de consultor funcional, respeitando o preço máximo admissível definido no n.º 3 da cláusula 16.^a do Caderno de Encargos;
 - c. Preço unitário proposto por hora para o perfil de técnico de suporte, respeitando o preço máximo admissível definido no n.º 3 da cláusula 16.^a do Caderno de Encargos;

Artigo 13.º

Análise das propostas e relatório preliminar

1. O júri do concurso elabora um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas apresentadas, no qual propõe a ordenação das mesmas de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo anterior.

2. No relatório mencionado no número anterior o júri do concurso fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso, nomeadamente pelo disposto nos artigos 70.º, 79.º e 146.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo júri do concurso, que fixa prazo para pronúncia dos concorrentes de 5 (cinco) dias.

4. Caso da análise das pronúncias apresentadas em audiência prévia o júri do concurso proponha a exclusão de qualquer proposta, por se verificar a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, ou a alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, será elaborado novo relatório preliminar, sendo aplicável o disposto nos números anteriores.

5. Exercido o direito de audiência prévia, ou decorrido o respetivo prazo, o júri do concurso pondera as observações formuladas e elabora relatório final fundamentado de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão do órgão competente para a decisão de contratar.

CAPÍTULO IV

ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 14.º

Decisão de adjudicação

Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação.

Artigo 15.º

Notificação da adjudicação e documentos de habilitação

1. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas em conformidade com o disposto no artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o(s) adjudicatário(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar(em) os seguintes documentos:

a) Os documentos de habilitação nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro e Certidão Permanente de Registo Comercial;

b) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamento, documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, identificando o chefe do consórcio;

c) Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável;

d) Documentos comprovativos da titularidade das licenças e autorizações legalmente exigidas para a prestação dos serviços objeto do contrato.

Artigo 16.º

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da Plataforma Eletrónica ou, no caso de esta se encontrar indisponível, através de correio eletrónico para o seguinte endereço compras@dgeec.mec.pt.

2. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na *internet*, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, através dos meios indicados no número anterior, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação

necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência consulte a informação relativa a qualquer dos documentos de habilitação é dispensada a respetiva reprodução, referida no n.º 1.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

5. Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos, no caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para suprir essas irregularidades no prazo de 5 (cinco) dias.

6. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, disponibilizando tais documentos na Plataforma Eletrónica, para consulta de todos os concorrentes.

Artigo 17.º

Modo de apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos

Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 16.º devem ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 18.º

Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, no presente procedimento não é exigível a prestação de caução.

Artigo 19.º

Minuta e outorga do contrato

1. Em simultâneo com a decisão de adjudicação, a entidade adjudicante aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do Código dos Contratos Públicos, a minuta de contrato a celebrar, disso notificando o adjudicatário, em conformidade também com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º e do artigo 100.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

2. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração ou, no caso de assinatura por meios eletrónicos, do prazo para a outorga e remessa do contrato, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, respetivamente.

3. A celebração do contrato é publicitada nos termos previstos no artigo 465.º do Código dos Contratos Públicos e obriga ao anúncio determinado nos termos do artigo 78.º do mesmo Código.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 20.º

Dados Pessoais

1. No cumprimento do disposto no Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016, é da exclusiva responsabilidade dos interessados ou concorrentes a informação constante nos documentos apresentados por estas, no âmbito do presente procedimento pré-contratual.

2. Em consequência do disposto na alínea anterior, considera-se que cada interessado ou concorrente autoriza a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, no âmbito da tramitação do presente procedimento pré-contratual, a divulgar todos os documentos, exceto os que sejam considerados como classificados, conforme o disposto no Código de Contrato Públicos, com especial enfoque nos artigos 50.º, 72.º, 85.º e 138.º.

3. No âmbito deste procedimento, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência recolhe todos os dados através da Plataforma Eletrónica, considerando-se que todos os interessados ou concorrentes que nela introduzirem dados conferem autorização para o respetivo armazenamento nessa Plataforma Eletrónica.

4. A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência não partilha os dados pessoais com entidades externas, a menos que seja obrigada por norma legal ou decisão judicial.

5. Existe limitação de acesso a informação pessoal a pessoas previamente autorizadas pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Artigo 21.º

Despesas

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 22.º

Comunicações

1. Todas as comunicações, notificações e declarações relacionadas com o presente procedimento de concurso público serão efetuadas por escrito, através da Plataforma Eletrónica na ferramenta “Comunicações”, salvo determinação expressa em contrário pela entidade adjudicante.

2. Todas as comunicações, declarações e documentos relacionados com o presente procedimento de concurso público serão efetuados em português, exceto se outra língua for especificamente determinada, caso a caso, pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência.

Artigo 23.º

Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no Programa do Concurso, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável, ambas do Código dos Contratos Públicos e a alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado

para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

MODELO DE PROPOSTA

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[identificação da sociedade]*¹, depois de ter tomado conhecimento do objeto e das peças procedimentais do procedimento pré-contratual de “*Aquisição de software de análise de textos*”, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos e nas condições técnicas e financeiras propostas, nos seguintes termos:

1. Preço contratual proposto: ... € [indicar preço em algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
2. Preço proposto para a componente de software: ... € [indicar preço em algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
3. Preço unitário proposto para a componente serviços de consultor funcional: ... €/h [indicar preço em algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
4. Preço unitário proposto para a componente serviços de técnico de suporte: ... €/h [indicar preço em algarismos e por extenso], que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

¹ Em caso de agrupamento, identificar o subscritor, a qualidade de representante comum do agrupamento e os membros do agrupamento (cfr. alínea d), n.º 2 do artigo 7.º e n.º 4 do artigo 9.º).

[Nota: os preços de cada componente deve ser apresentado para o efeito previsto no n.º 2 do artigo 12.º do presente Programa].

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

ANEXO III

[a que se refere a que se refere a alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º e a alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ASSOCIAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO EXTERNO

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[identificação da sociedade]*, *[identificação do representante legal do membro do agrupamento]*, na qualidade de *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[identificação da sociedade]*, *[todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos]*, enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público para a “*Aquisição de software de análise de textos*”, declaram, sob compromisso de honra, nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Programa do Concurso, que se comprometem, entre si, na qualidade de membros do agrupamento concorrente a constituir-se sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, caso seja adjudicada a proposta por si apresentada, com vista à celebração do contrato objeto do referido concurso, e declaram, sob compromisso de honra, assumir a responsabilidade solidária perante a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do Programa do Concurso

Mais declaram obrigar-se a, no momento da sua constituição sob a forma de Consórcio Externo, designarem como chefe do consórcio *[identificação]*, a quem conferirão os poderes constantes do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 8 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e a este dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

[Data e assinatura dos subscritores, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 7.º e no n.º 3 do artigo 9.º]

ANEXO IV

[a que se refere o n.º 5 do artigo 6.º e a alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

INSTRUMENTO DE MANDATO

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público para a “Aquisição de software de análise de textos”, vêm, nos termos e para efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º do Programa do Concurso, designar como representante comum do agrupamento constituído pelas entidades acima identificadas [identificar representante comum do agrupamento que deverá ser pessoa singular], a quem conferem, com faculdade de delegação, a competência para a prática de todos os atos considerados necessários ou adequados no âmbito do referido concurso, designadamente, o poder para assinar a proposta e ainda os poderes suficientes para intervir e apresentar reclamações ou recursos.

Mais declaram assumir responsabilidade solidária perante a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do contrato.

[Data e assinatura dos subscritores, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 7.º e no n.º 3 do artigo 9.º]

ANEXO V

(a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º do Programa do Concurso)

JÚRI DO CONCURSO

Por despacho exarado pela Senhora Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, ao abrigo de competência subdelegadas, foi determinado que o júri do concurso seria composto pelos seguintes elementos:

1. Nuno Miguel Correia dos Santos Neto Rodrigues, Diretor de Serviços de Estatísticas da Educação, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (presidente);

2. Joaquim Carlos Alcobia dos Santos, Chefe de Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (vogal, que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos);

3. Cláudia Sofia Gonçalves Sampaio, Técnica Superior da Direção de Serviços de Administração Financeira e Recursos Humanos, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (vogal);

4. Lélío Simões Guerreiro Amado, Diretor de Serviços de Administração Financeira e Recursos Humanos, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (suplente).

5. Jorge Miguel Colaço Teixeira, Diretor de Serviços de Tecnologia e Sistemas de Informação, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (suplente).

Ao júri do concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências que sejam da sua competência, nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, bem como exercer as competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas.